



**Universidade de Brasília**

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: espaço e tempo para construção e  
implementação do Projeto Político-Pedagógico**

**Marlúcia Ataides dos Santos**

Orientadora Professora Dra. Rosana César de Arruda Fernandes

Professor tutor-orientador Evanilson Araújo Santos

Brasília (19), Dezembro de 2015

**Marlúcia Ataides dos Santos**

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: espaço e tempo para construção e  
implementação do Projeto Político-Pedagógico**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Profª. Dra. Rosana César de Arruda Fernandes e do professor tutor-orientador Evanilson Araújo Santos.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Marlúcia Ataides dos Santos**

### **COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: espaço e tempo para construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosana César de Arruda Fernandes - FE/UnB  
(Professora-orientadora)

---

Prof. Mse. Evanilson Araújo Santos – SEEDF  
(Tutor Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Msa.Sônia Ferreira de Oliveira– SEEDF  
(Examinadora externa)

Brasília, 19 de dezembro de 2015

Às pessoas mais importantes de minha vida: minha família, em especial ao meu amado pai (in memoriam), que sempre estará presente em meu coração e minha mente. Papai, nosso exemplo, nossa força.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Espírito Santo que sempre me orientou e iluminou durante todo o curso. Ao nosso tutor Evanilson Araújo Santos, que nos orientou para a conclusão desta monografia. E as amigas Luciana e Ana Cláudia que compartilharam comigo de todos os momentos deste curso.

“A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda é formar mentes que estejam em condições de criticar e não aceitar tudo que a elas propõe.” (Jean Piaget).

## RESUMO

O debate sobre a qualidade no ensino/aprendizagem não é algo novo, mas é relativamente recente o surgimento de elementos que podem realmente imprimir essa qualidade tão buscada para educação. São eles a Coordenação Pedagógica, o Professor Coordenador-Pedagógico e o Projeto Político-Pedagógico (PPP). Esta monografia objetiva demonstrar que o PPP pode e deve ser construído, implementado e avaliado, coletivamente, sendo primordial o espaço/tempo da coordenação pedagógica. A metodologia adotada foi à pesquisa qualitativa. Utilizou-se também o método descritivo e o instrumento para coleta de dados foi o questionário e a análise documental. Fez-se uma revisão conceitual sobre a coordenação pedagógica, como e quando surgiu essa função, além de conhecer legislação educacional que diz respeito da função de coordenador pedagógico. Neste trabalho é analisada a real função de um coordenador pedagógico, como é visto por seus colegas de trabalho e qual função realmente assume nas unidades escolares. Também buscou-se compreender importância do PPP, sua interferência na qualidade do ensino/aprendizagem e formação continuada do docente. Ao final a presente pesquisa apresentou a análise de dados trazendo a pesquisa de campo e a análise do PPP. Ao observarmos os dados obtidos foi possível observar que os participantes possuem conhecimentos sobre as funções de um coordenador pedagógico, o PPP e sobre a necessidade da formação continuada para o crescimento profissional e para obtermos resultados de aprendizagens onde o educando é o centro do processo educativo.

**Palavras chave:** Coordenação Pedagógica; Coordenador; Projeto Político-Pedagógico.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1 METODOLOGIA</b> .....	12
<b>2REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
<b>2.1 O COORDENADOR PEDAGÓGICO</b> .....	17
<b>2.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO</b> .....	21
<b>3 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	25
<b>3.1 DADOS DO QUESTIONÁRIO</b> .....	25
<b>3.2 PROJETO POLITICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA CLASSE</b> <b>14</b> .....	26
<b>3.3ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	28
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	32
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	34
<b>APÊNDICE</b> .....	36



## INTRODUÇÃO

Estou na área educacional há 19 anos, sempre em sala de aula e consigo lembrar-me, quase com exatidão das 04 escolas pelas quais passei. As direções, os coordenadores, as equipes de professores e demais funcionários e dos alunos. Estes ainda me surpreendem e me emocionam quando após anos encontro-os como colegas de trabalho, estudantes universitários ou donas de casa.

Sempre quis ser professora de história e acabei me formando nesta área na qual atuei por apenas 01 ano. Então me apaixonei pela alfabetização, pois no percurso de minha vida profissional encontrei em meu caminho diretores, coordenadores professores apaixonados pela educação e também por essa área. Mas, de uma diretora vou lembrar com especial carinho, pois ela dirigia uma das maiores escolas do Distrito Federal e junto a sua equipe geria a parte administrativa e não se descuidava da pedagógica. Conseguia com seu conhecimento, sua experiência profissional e grande sensibilidade envolver toda equipe escolar, sempre primando pela qualidade da educação pública pela qual demonstrava enorme paixão.

Conhecer essa pessoa levou-me realmente a amar a educação, a desejar sempre uma escola de qualidade como fruto do trabalho e empenho de todos os envolvidos no processo educacional. Levou-me a especializar-me, a desejar que toda a comunidade escolar olhasse a escola por um novo prisma e tivessem atitudes que demonstrassem esse novo olhar.

Esta pesquisa buscou conhecer a realidade de uma instituição educacional, seus atores, a coordenação pedagógica, o conhecimento que seus integrantes possuem sobre a real função do coordenador pedagógico e sobre o projeto político-pedagógico. Acreditando assim que esses três elementos quando bem conectados e utilizados podem resultar em uma educação capaz de formar cidadãos capazes, não apenas de viver, mas de atuar e transformar o mundo em uma sociedade justa, igualitária e pacífica.

No capítulo destinado à fundamentação teórica discorreremos sobre a coordenação pedagógica, a necessidade da formação continuada dos docentes e a conquista da coordenação pedagógica no Distrito Federal. No Distrito Federal os educadores possuem tempo e espaço que devem ser também, destinados a formação continuada dos profissionais da educação. Também será abordada a figura do coordenador pedagógico. Em qual contexto que surgiu essa função? Quem pode ser coordenador pedagógico? Como foi visto esse cargo na época de seu surgimento? Como ele é visto hoje? Qual é a real função que um coordenador pedagógico deve exercer? E falamos um pouco sobre o Plano Nacional de Educação, mas a discussão central é o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar, pois, é através do PPP que se efetiva uma educação de qualidade. Aqui mostramos quem deve participar da construção do projeto, o que ele deve conter, onde e quando construir o projeto e quando ele estará pronto.

Devido à importância do Projeto Político-Pedagógico(PPP)para uma educação que prima pela qualidade, percebe-se que o tempo e espaço de coordenação pedagógica podem e devem, também, serem aproveitados para a construção coletiva e avaliação do Projeto. Percebe-se também, certo desinteresse pelo cargo de coordenador pedagógico.

Considerando essa realidade surge uma questão: A coordenação pedagógica pode se transformar em local primordial de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político- Pedagógico?

Os docentes da SEEDF conquistaram o direito à coordenação pedagógica. Nesse sentido, percebemos que esse seria o momento ideal de conhecer mais sobre o sobre as funções reais de um coordenador pedagógico, ela também poderia e deveria ser vista como um momento de formação continuada para todos os atores envolvidos no processo educativo. Nela o PPP poderia e deveria ser elaborado ou tornar-se conhecido.

Objetivo Geral:

- Analisara relação entre Coordenação Pedagógica e a articulação do Projeto Político-Pedagógico.

Objetivos Específicos:

- Identificar o grau de conhecimento que integrantes do corpo docente possui sobre o PPP da escola.
- Analisar se a coordenação pedagógica constitui-se como um espaço/ tempo propício para a formação continuada.
- Analisar os papéis desempenhados pelo coordenador pedagógico

## 1 METODOLOGIA

Nesta pesquisa o método utilizado foi o estudo de caso por se tratar de um assunto atual, onde o pesquisador não utilizou apenas fontes históricas. De acordo com Yin (2015), o estudo de caso apresenta duas partes que se integram:

[...] um estudo de investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em seu contexto no mundo real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto puderem não estar claramente evidentes. A segunda parte da definição aponta para o projeto de coleta de dados [...] (YIN, 2015, p. 6)

Segundo Ventura (2007, p. 384) o estudo de caso: “Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realiza ruma busca circunstanciada de informações”.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e fez uso de alguns dados quantitativos, além de observações da coordenação pedagógica dos professores da Escola Classe 14 de Planaltina-DF. A técnica utilizada para o levantamento dos dados foi o questionário e a análise do PPPda unidade escolar citada. Segundo o texto Métodos de Pesquisa: “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. (MÉTODOS DE PESQUISA, 2009, p.32).

O método descritivo segundo Gil (1999*apud* OLIVEIRA, 2011, p.21) “... têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A coleta de dados é um momento de crucial importância para a pesquisa. É a parte prática do trabalho. Existem diferentes meios para se coletar dados, como entrevista, questionário, observação e a pesquisa documental. Segundo Cervo & Berviam (2002 *apud* OLIVEIRA, 2011, p.48), o questionário: “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Assim sendo, utilizou-se deste instrumento que contou com dez perguntas, sendo duas descritivas. Foi

aplicado a parte do corpo docente da E.C. 14 de Planaltina – DF, perfazendo um total de dez educadores.

Os questionários para a pesquisa foram enviados juntos com uma explicação sobre o objetivo da pesquisa e também um pedido de colaboração, pois o mesmo deveria ser respondido e devolvido a pesquisadora dentro de um prazo pré-estabelecido. Também constavam agradecimentos pela disponibilidade em responder a pesquisa devido ao período de greve que se vivenciava.

Os dados deveriam ser coletados durante duas coordenações pedagógicas (quartas-feiras), momentos estes em que os docentes estariam presentes na escola. Ao iniciar, haveria uma conversa com público alvo da pesquisa explicando que o tema da pesquisa seria a coordenação pedagógica, o coordenador pedagógico e o PPP da unidade escolar e seria pedido a colaboração do grupo.

Esta pesquisa ocorreu na Escola Classe 14 de Planaltina-DF. A escola situa-se no Setor Residencial Leste. O prédio foi construído de maneira provisória há cerca de mais de 20 anos e já passou por pequenas reformas. A escola funciona em dois turnos (matutino e vespertino) e atende alunos da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino fundamental I. A maioria dos alunos pertence à comunidade, com poucos alunos de outros bairros próximos.

A unidade escolar possui 35 dependências sendo, 13 salas funcionando como sala de aula, uma sala reservada para Sala de Recursos e Equipe de Apoio, uma sala para vice-diretor, coordenadores e mecanografia, uma para secretaria, assistente administrativo, uma micro sala para diretor, uma sala de informática, uma micro sala para servidores, uma micro sala para reforço escolar, uma sala de professores, duas cantinas sendo uma comercial, oito banheiros, uma guarita, uma quadra, um parquinho e um pátio coberto.

A direção é formada por diretora, vice-diretor e assistente administrativo. Os funcionários que estão no quadro atual são: uma secretaria e uma assistente de secretaria, três coordenadores pedagógicos, vinte e dois professores, quadro merendeiras terceirizadas, quatro vigilantes, cinco servidores readaptados, uma orientadora educacional, uma pedagoga, uma

professora para Sala de Recursos, cinco monitores para a escola integral, dois monitores sociais voluntários e um monitor técnico de educação.

São vinte e duas turmas funcionando, sendo seis turmas de educação integral (os quartos e quintos anos), três turmas de educação infantil no matutino e três no vespertino, cinco turmas de alfabetização pela manhã e cinco turmas de alfabetização à tarde, perfazendo um total de quinhentos alunos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Vivemos em uma sociedade globalizada, tecnológica e que está em constante transformação. Assim a escola precisa estar atenta para promover conhecimentos que vá ao encontro aos interesses dessa sociedade, conhecimentos que formem cidadãos capazes de viver, atuar e transformar para melhor o mundo em que vivem. Diante deste quadro percebe-se que apenas a formação inicial do educador já não é suficiente para propiciar uma educação de qualidade para o educando e que também não é capaz desenvolver todo o potencial do professor. Assim faz-se necessária a formação continuada dos profissionais de educação.

[..]. a formação inicial não é mais suficiente para que o profissional , principalmente o docente , acompanhe toda evolução da prática na qual está inserido, sendo necessária a formação permanente e integrada ao seu dia-a-dia nas instituições educacionais. (DISTRITO FEDERAL, 2009/2013,p.95).

A formação continuada dos educadores vem nos últimos anos sendo objeto de muitas discussões e debates, pois atualmente não cabe à escola, apenas a tarefa de transmitir conhecimentos. Ela deve proporcionar a construção de novos conhecimentos. Aqui fica clara a necessidade da formação continuada do professor, uma vez que a ele cabe o papel de compartilhar o conhecimento acadêmico para o educando.

A sociedade atual espera da escola mais do que a transmissão de conhecimentos. Exige a formação do cidadão com competências cognitivas do aprender a aprender, e com a mesma ênfase, que desenvolva atitudes para enfrentar os problemas postos pela prática social e capacidade de lidar com novas tecnologias da comunicação e da informação de maneira crítica e criativa. (SILVA, 2007, p.01).

A coordenação pedagógica no Distrito Federal foi fruto de muitas lutas e é uma conquista dos educadores. Deve ser vista e entendida como um tempo e espaço para organização do trabalho educativo e formação continuada dos

profissionais de educação. Um tempo/espço para planejamentos coletivos, reflexões e troca de experiências entre docentes.

A coordenação pedagógica caracteriza-se como um espaço conquistado para debates, discussões, avaliação e planejamento para o exercício da prática do ensino interdisciplinar, contextualizado e de uma aprendizagem significativa. (DISTRITO FEDERAL, 2009/2013, p.95).

Segundo as Diretrizes Pedagógicas do Distrito Federal (2009/2013, p.96), a coordenação pedagógica para o professor que trabalha quarenta horas semanais é de quinze horas e para o educador que atua vinte horas semanais é de quatro horas semanais. Essa coordenação faz-se necessária para que o docente possa desenvolver sua formação continuada, em prol de uma educação crítica e reflexiva.

A Portaria nº 284, de dezembro de 2014, dispõe sobre as normas para distribuição de Carga Horária, para o desenvolvimento das atividades de coordenação pedagógica e, ainda, os quantitativos e requisitos para o exercício das atividades dos Coordenadores em exercício nas unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal para o ano de 2015.

Art. 3º A coordenação pedagógica local abrigar-se-á no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, no que se refere às atividades individuais e coletivas, bem como às atividades internas e externas.

§ 1º A coordenação pedagógica deverá constar do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

§ 2º As horas de trabalho destinadas às atividades de coordenação pedagógica local constarão do horário do professor, devendo ser planejadas, cumpridas e registradas na folha de frequência.

Art. 4º Para os professores regentes que atuam 40 (quarenta) horas semanais, no turno diurno, com jornada ampliada na Educação Infantil, no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e na Educação Especial, inclusive o professor intérprete educacional, a coordenação pedagógica dar-se-á no turno contrário ao de regência, totalizando 15 (quinze) horas semanais, devendo atender, no mínimo, a disposição abaixo:

I - às quartas-feiras destinadas à coordenação coletiva na unidade escolar;

II - às terças-feiras e às quintas-feiras destinadas à coordenação pedagógica individual na unidade escolar e formação continuada;



III - às segundas-feiras e às sextas-feiras destinadas à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente da unidade escolar.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) oferece tempo e espaço escolar ideal para o desenvolvimento acadêmico e social dos discentes e, para crescimento profissional dos docentes. A forma como esse tempo e espaço é utilizada por seus atores interfere significativamente no resultado final, que é uma educação de qualidade, emancipatória, formadora de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar e transformar a sociedade.

[...] o cuidado, um olhar mais sensível, as estratégias pedagógicas e a organização do tempo e espaço escolar fazem a diferença na formação do homem mais feliz consciente de si e dos outros. (DISTRITO FEDERAL, 2012, p.17).

## **2.10 Coordenador Pedagógico**

Nos anos de 1980 e 1990 o ensino em nosso país passou por grandes modificações. Houve no Brasil o retorno ao regime democrático após décadas de ditadura militar. Nesta, o Estado controlava tudo. As políticas e projetos educacionais não ficavam de fora, todos eram subordinados a política econômica. Entre as estratégias adotadas pelo governo militar para a área, estão os Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Criam – se, assim, os Planos Setoriais de Educação e Cultura. O primeiro deles, durante o governo Médici e os dois últimos, nos governos Geisel e Figueiredo. [...] possuíam como principal objetivo intensificar o processo de burocratização do sistema escolar brasileiro, para adequá-lo ao projeto econômico. (SOUZA, 2005, p.02).

Com o retorno ao regime democrático surge a necessidade de mudanças em todos os setores da sociedade e conseqüentemente no âmbito educacional. A sociedade moderna precisava de um novo tipo de cidadão, capaz de atender aos anseios e especificidades do momento vivido. Em 1988 é

promulgada a Constituição Federal, ela organiza o Estado em uma sociedade democrática de direitos e estabelece as bases para a organização da educação nacional. Nesse sentido Vieira (2001, p.15) afirma que: “A Constituição determina a vida social, política e jurídica do Brasil, organizando o Estado. Ao ordenar a sociedade e o Estado, a Constituição também dispõe sobre a educação e sobre a forma de concretizá-la”.

E é neste contexto que surge a figura do Professor Coordenador Pedagógico nas escolas públicas estaduais de São Paulo. O aparecimento dessa figura foi apenas uma das alterações ou reformas impostas aos educadores paulistas.

Entre essas medidas que foram aplicadas as unidades escolares destaca-se também a implementação da função de Professor Coordenador pedagógico em todas as escolas públicas estaduais com mais de dez classes em funcionamento. (FERNANDES, 1998, p. 02).

Essa função veio com uma novidade. Qualquer professor com mais de três anos de exercício de magistério, formado em qualquer área poderia assumir a função de professor coordenador pedagógico. Não necessitando, assim, ser especialista em educação para assumir o cargo.

[...] a educação pública paulista vivenciou a imposição de mudanças que alteraram profundamente o cotidiano das suas escolas[...]. Entre essas medidas que foram aplicadas as unidades escolares destaca-se também a implantação da função de professor coordenador pedagógico [...]. A grande novidade desta resolução foi [...], permitir que qualquer professor com mais de três anos de exercício no magistério paulista pudesse exercer a função de PCP, independente de sua formação inicial [...] (FERNANDES, 1998, p.02).

A forma pela qual o professor coordenador pedagógico era escolhido, obedecendo a todos os trâmites legais que ele deveria realizar para exercer a função e o momento de reformas pelas quais o país estava passando trouxe uma desconfiança à tona que poderia prejudicar a atuação desse profissional junto aos seus pares. Nesse sentido, Fernandes (1998, p.03) analisa que “A função de professor coordenador pedagógico tivera sido incorporada à reforma

mais como um mecanismo de controle das ações [...] do que como uma função de articulação do trabalho coletivo [...]"

Assim cabe analisar a função de coordenador pedagógico em outros momentos da história. De acordo com Fernandes (1998, p.03), nos anos 60 essa função apresentou um desenvolvimento positivo para a educação nos Colégios Vocacionais, nas Escolas de Aplicação e nas Experimentais. Essa autora afirma que "O papel dos coordenadores nestas escolas não tinham relação com a centralização burocrática e a hierarquização do poder defendida pelo tecnicismo [...], mas tinha como objetivo realizar a função de articulação pedagógica".

Atualmente, o coordenador pedagógico realiza diversas funções dentro de uma unidade escolar e grande parte dessas tarefas não fazem parte das reais atribuições do cargo. Isso contribui para que esse profissional perca sua identidade não só pessoalmente, mas diante de seus pares.

Muitas atividades realizadas pelo PCPs no dia-a-dia das escolas não são atribuições da função e poderiam ser realizadas por outros sujeitos presentes na estrutura escolar, [...]. Talvez em decorrência do desvio de função, o professor coordenador pedagógico encontre dificuldades para definir a sua identidade, seu território e o seu espaço de atuação. (FERNANDES, 1998, p.05).

Segundo Lima (2007) a verdadeira atribuição de um coordenador pedagógico é estar ao lado do docente dialogando e procurando facilitar o trabalho pedagógico. Esse autor recorre à Piletti (1998) onde define uma série de atribuições do coordenador pedagógico em uma unidade educacional:

- a) Acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- b) Fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;
- c) Promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- d) Estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem. (PILETTI, 1998 *apud* LIMA, 2007, p.79).

Acompanhar, aqui está o sentido da função do coordenador pedagógico. Acompanhar e oferecer oportunidades de formação continuada, estudos para atualização e troca de experiências entre pares na unidade escolar. Propiciar diálogos que possibilitem a criação de um projeto pedagógico que corresponda à realidade da instituição e que este favoreça a formação continuada dos docentes para alcançarmos uma educação de qualidade. Para a escolha do professor coordenador Pedagógico nas unidades escolares do Distrito Federal, a Portaria nº 284, de 31 de dezembro de 2014, que estabelece:

Art. 17. Para o exercício das atividades de Coordenador Pedagógico Local, o professor deverá:

I - ser integrante da Carreira Magistério Público do Distrito Federal;

II - ser eleito pelos professores da unidade escolar;

III - ter, no mínimo, 03 (três) anos de efetivo exercício em regência de classe ou, caso não atenda este requisito, ter sua eleição justificada por seus pares, por meio de registro em Ata;

IV - atender ao Projeto Político Pedagógico da unidade escolar;

V - ter habilitação compatível com a etapa/modalidade da Educação Básica atendida na unidade escolar;

VI - no caso do Centro de Educação Profissional de Saúde de Planaltina, o coordenador pedagógico local de Estágio Supervisionado deverá ter formação específica na área do curso de atuação.

Nas escolas atuais, muitos coordenadores pedagógicos são criticados, porque não desenvolvem seu papel como deveria, no entanto na maioria das escolas brasileiras os educadores e alunos convivem com condições precárias de ensino/aprendizagem, má estrutura física, professores e alunos frente a uma escola, uma educação que não atende suas expectativas, que não conhece sua realidade de vida, seu meio, sua cultura.

[...] as condições de trabalho oferecidas aos docentes são essenciais para o exercício satisfatório da função do professor coordenador pedagógico. Desde a necessidade de uma estrutura física nas escolas que acolha o PCP e favoreça os encontros coletivos [...] até as possibilidades de estudo e formação continuada [...] (FERNANDES, 1998, p.09).

Portanto para que o ensino/aprendizagem tenha sucesso e qualidade, para que forme cidadãos aptos a viver, atuar e transformar a sociedade se faz necessário, a presença nas unidades escolares de um coordenador pedagógico. E sua função somente será efetivamente realizada se a instituição dispuser de recursos físicos, materiais e humanos suficientes e adequados para que ele organize e viabilize o fazer pedagógico, o projeto político pedagógico e oportunizar a formação continuada dos docentes.

## **2.2 O Projeto Político Pedagógico- PPP**

O ato de planejar é inerente à raça humana, pois planejar é raciocinar sobre determinada ação traçando caminhos para se alcançar determinado objetivo. E nesse sentido somente a humanidade tem a consciência necessária para planejar e executar suas ações com intenção, racionalidade e responsabilidade. E assim a evolução do termo planejamento está ligada a evolução da raça humana. “[...] a cada momento histórico um tipo de planejamento é proposto em função das concepções da sociedade, homem, de educação” (SILVA, 2007, p. 08).

Em se tratando de educação escolar, o planejamento é imprescindível, pois é através dele que se deve refletir sobre a realidade escolar na qual se atua e decidir quais caminhos seguir para alcançar a educação que se almeja. E é nesse sentido que Silva (2007, p.10) analisa que: “[...] o planejamento escolar é também um processo reflexivo. Contudo, a reflexão exigida conduz nosso olhar para a realidade da escola. Realidade física, cultural, pedagógica, social e política”.

Em educação o planejamento se realiza em três níveis, que estão interligados. São eles:

1. Planejamento no âmbito dos sistemas e redes de ensino;
2. Planejamento no âmbito da unidade escolar;
3. Planejamento no âmbito do ensino.

Considerando o enfoque desta pesquisa, trataremos sobre o planejamento no âmbito das redes de ensino e o planejamento no âmbito da unidade escolar.

O Plano Nacional de Educação está previsto na Constituição Federal e na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96). A LDB no seu art.12º estabelece que o planejamento do ensino deve ser realizado por toda equipe da unidade escolar, observando as normas comuns estabelecidas em lei. No art.9º a LDB define que é dever da União elaborar, com a participação dos estados, municípios e Distrito Federal o Plano Nacional de Educação, pois o que está nele contido deve ser a expressão dos desejos e anseios da educação de todo o povo brasileiro. Nesse aspecto, Freitas (2005, p. 82) diz que o país se subordina também à regulações e orientações das OIs (Organizações Internacionais), fato que interfere na formulação das políticas educacionais.

O Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014) tem duração de dez anos e apresenta as diretrizes para educação em nosso país em todas as modalidades de ensino e para valorização do professor. Este plano regula e orienta a educação em todo território nacional, razão pela qual todos os setores da sociedade devem conhecer e se envolver em sua elaboração, além de acompanhar a sua execução e avaliação, devido ao fato de que todos os estados e municípios devem ter seus próprios planos de educação aprovados.

Um dos principais objetivos da educação acadêmica é conferir significado ao ensino/aprendizagem. O Planejamento no âmbito da unidade escolar busca conferir esse significado. É um planejamento que deve ser realizado no início do ano letivo onde deve reunir gestores, orientadores, supervisores, coordenadores e professores para planejarem o ano letivo. É um momento de interação e conhecimento do grupo sobre a realidade da unidade de ensino na qual vão atuar. Aqui buscar-se-á estabelecer quais medidas serão necessárias para intervir na instituição com objetivo de provocar melhorias na qualidade da educação da unidade. Então é possível dizer que o planejamento

escolar realiza-se na construção, implementação e avaliação do seu projeto político-pedagógico.

O Projeto Político-Pedagógico está previsto na LDB no art.12º inciso I, portanto é um instrumento legal que confere a escola certa autonomia para elaborar sua proposta pedagógica.

O PPP, nomeado na LDB como proposta pedagógica ou projeto pedagógico, representa mais que um documento. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social. Autonomia pressupõe liberdade e capacidade de decidir a partir de regras relacionais. O exercício da autonomia administrativa e pedagógica da escola pode ser traduzida como a capacidade de governar a si mesmo por meio de normas próprias. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p.47).

Na construção do projeto político-pedagógico deve-se buscar a realidade vivenciada pela escola e envolver todos os integrantes do processo educativo e a comunidade na qual a escola está inserida. É importante que o projeto contenha temas que tenham relevância para os alunos, mas sempre seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais e de seu estado. Ao elaborar o projeto caminha-se para transformar a realidade dos indivíduos envolvidos na instituição.

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico a concepção de currículo de conhecimento escolar deve ser enriquecida pela compreensão de como lidar com temas significativos que se relacionem com problemas e fatos culturais relevantes da realidade em que a escola se insere. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p.48).

Assim, Veiga (1996, p.12) diz que: “o projeto não é algo construído e em seguida arquivado. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos no processo educativo da escola, e que é um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola...”. Tudo que contempla o projeto pode e deve ser avaliado continuamente, por isso o PPP nunca estará definitivamente construído, estará sempre em construção.

Considerando a relevância do PPP, também é preciso reconhecer que os espaços e tempos propícios para construção e avaliação constante deste é a coordenação pedagógica. Ressalta-se, ainda, que sob as orientações do

coordenador pedagógico é possível decidir coletivamente sobre as propostas nele contidas, fato que legitima e dá sentido ao projeto da escola que se deseja.



### **3ANÁLISE DOS DADOS**

Nesta procurou-se obter informações na realidade escolar que possibilitassem investigar A coordenação Pedagógica e a Articulação do Projeto Político-Pedagógico. A presente averiguação foi realizada na Escola Classe 14 de Planaltina-DF, pois a pesquisadora atua nesta unidade de ensino há 15 anos. Para realizar a pesquisa de campo o recurso utilizado foi o questionário, que inicialmente seria aplicado em duas coordenações pedagógicas a 10(dez) professores, incluindo aqui 03 (três) coordenadores da referida unidade escolar. No entanto, devido ao contexto vivenciado pelas escolas públicas que naquele momento era de greve, o questionário foi enviado por e-mail para esses pretensos colaboradores, mas a pesquisadora recebeu apenas 04(quatro) retornos. Após os retornos dos e-mails, eis o relato dos resultados obtidos e a análise da pesquisa de campo.

#### **3.1 Dados do questionário**

As perguntas do questionário tiveram a finalidade de obter dados sobre A coordenação Pedagógica e a Articulação do Projeto Político Pedagógico. Os questionários foram respondidos apenas pelos professores e continha os seguintes assuntos:

- Grau de escolaridade;
- Experiência em coordenação pedagógica;
- Conhecimento das funções de um coordenador pedagógico;
- Formação continuada;
- O horário próprio para os professores coordenarem no Distrito Federal favorece um ensino de qualidade;
- Conhecimento e elaboração do Projeto Político Pedagógico;

#### **Questão referente ao grau de escolaridade.**

Os quatro educadores afirmaram possuir especialização.

**Questão referente experiência em coordenação pedagógica.**

Dois docentes afirmam não ter experiência como coordenador pedagógico. E os outros dois restantes afirmaram já ter atuado nesta função.

**Questão referente ao conhecimento das funções do coordenador pedagógico.**

Dois professores que responderam ao questionário demonstraram conhecer parcialmente as funções de um coordenador pedagógico. Dois identificaram corretamente as funções de um coordenador pedagógico.

**Questão referente à formação continuada dos educadores.**

Todos os educadores afirmaram que fazem cursos e estudos para formação continuada em sua área de atuação.

**Questão referente à coordenação pedagógica no DF e a qualidade do ensino.**

Todos os educadores responderam que um horário próprio para os professores preparar suas atividades e poderem realizar estudos e troca de experiências refletem em um ensino de qualidade.

**Questão referente ao conhecimento e elaboração do Projeto Político-Pedagógico da instituição onde atua.**

Todos os docentes afirmaram conhecerem e terem participado da elaboração do PPP.

**3.20 Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe 14 de Planaltina**

O PPP da Escola Classe 14 de Planaltina inicia-se fazendo um relato sobre gestão democrática e PPP, traz a história das primeiras escolas do DF, bem como o histórico da SEEDF (Secretaria de Educação do Distrito Federal), até a atualidade e a história da EC14 desde sua criação.

O projeto traz em suas páginas a missão da unidade escolar:

A Escola Classe 14 de Planaltina baseada nos parâmetros legais terá como missão o compromisso de promover uma educação com garantia de padrão de qualidade, através de uma prática educativa, consciente e libertadora onde levará o educando a uma transformação da realidade e do meio em que vive para construção de uma sociedade mais livre e justa. (DISTRITO FEDERAL, 2014,p.24).

Verificou-se também que o regimento interno da escola deveria ter sido concluído em 2014.

Quanto à parte pedagógica ele traz que a escola deve se reorganizar coletivamente, propor práticas inovadoras que devem priorizar a construção do conhecimento pelo educando. Aqui vimos também às modalidades atendidas pela escola bem como a finalidade de cada fase de acordo com as leis educacionais vigentes e localização da UE.

A integração interpessoal harmônica permite que o grupo de profissionais também revitalize a dimensão comunitária, o sentimento de pertencimento ao grupo de trabalho e, sobretudo, sinta-se mais competente, confiante e autônomo para manter a contextualização, a integração e a interdisciplinaridade das atividades pedagógicas necessárias [...](DISTRITO FEDERAL,2014,p.44).

Elenca os atores do processo educativo de toda a unidade escolar, com suas respectivas responsabilidades:

Equipe gestora: responsável por gerir os recursos financeiros, articular ações administrativas, manter o ambiente escolar em harmonia e articular o trabalho pedagógico e os momentos pedagógicos.

O Coordenador Pedagógico: deve garantir a articulação entre a equipe gestora, comunidade e professores. Deve também acompanhar projetos e formar professores.

O Professor: Entre outras funções cabe a ele atender diferentes demandas, reconhecer e respeitar o tempo de cada estudante.

Outros atores do processo educativo: desempenhar funções específicas indicadas pela coordenação, nas turmas de quartos e quintos anos.

A comunidade escolar: participar da vida escolar do educando, comparecendo a escola nas reuniões de pais, nas culminâncias e desenvolvimento dos projetos, e quando convocada pela unidade escolar.

O tempo e espaço escolar refletem no processo ensino aprendizagem e o PPP citado fala a esse respeito: “A organização do tempo escolar deve levar em consideração, a localização e a estrutura de cada instituição, além de atender as necessidades de estudantes, professores e da comunidade escolar”. (DISTRITO FEDERAL,2014,p.46).

O currículo é apresentado respeitando as diretrizes nacionais e estaduais e adequando-se a realidade, anseios e necessidades do educando. Prevê também o atendimento as crianças especiais e o Serviço de Apoio a Aprendizagem.

Assim o PPP da instituição supracitada cumpre sua função quando apresenta o educando como centro do processo educativo, considerando sua realidade social, econômica, cultural e sua história de vida. Prevendo em suas linhas a formação continuada do docente, o papel do coordenador pedagógico e trazendo em suas orientações as reais funções de cada integrante da comunidade escolar.

### **3.3Análise dos Resultados**

Ao observarmos os dados obtidos por meio dos questionários e análise do PPP, foi possível observar que os participantes possuem conhecimentos sobre as funções de um coordenador pedagógico, o Projeto Político-Pedagógico e sobre a necessidade da formação continuada dos docentes para o crescimento profissional e para obtermos um ensino de sucesso onde o educando é o centro do processo educativo.

A qualidade do trabalho pedagógico está associada à capacidade de avanços no desenvolvimento do aluno, destacando-se a importância do papel do professor no processo de ensino e de aprendizagem, assim como a relevância da proposta pedagógica adotada pela instituição educacional. (DISTRITO FEDERAL, 2009/2013, p.49)

Dois dos educadores pesquisados demonstraram conhecer parcialmente as funções de um coordenador pedagógico. Esse fato mostra certa contradição, pois o PPP da unidade escolar traz em suas páginas a seguinte afirmação: “[...] o coordenador pedagógico assume papel de grande magnitude, pois cabe a ele garantir a articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores, equipe gestora e comunidade escolar”.

De acordo com todos educadores eles fazem cursos e estudos para formação continuada. Esse fato tanto contribui para o crescimento pessoal, para a qualidade da educação, estando em conformidade com as Diretrizes Pedagógicas do Distrito Federal.

[...] a formação continuada dos profissionais da educação precisa se voltar para o trabalho de repensar a concepção da aprendizagem, da função social da escola, do papel mediador do educador e de tantas outras temáticas relacionadas, não somente por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, como também numa perspectiva crítico-reflexiva que possibilite ao docente uma reflexão da prática pedagógica e uma reconstrução de seus saberes. (DISTRITO FEDERAL, 2009/2013, p.95)

Todos os informantes discorreram sobre a importância de, no Distrito Federal, os educadores possuírem um tempo e espaço próprio para a coordenação pedagógica.

Nas instituições públicas educacionais do Distrito Federal, a coordenação pedagógica possui característica peculiar, que é de oferecer ao professor uma carga horária de 15h semanais destinadas à formação continuada, ao planejamento e avaliação, tendo ainda a possibilidade de atender individualmente aos estudantes. (DISTRITO FEDERAL, 2012, p.55).

O PPP da referida escola traz diversos projetos como: Chá de Poesia, Caixa Mágica, Soletrando e Cantata de Natal e visa com eles propiciar uma educação contextualizada e que desperte o interesse dos discentes e para isso, a coordenação pedagógica é imprescindível. E é nesse espaço e tempo que os educadores pesquisam e preparam as atividades que serão desenvolvidas com os discentes. Os professores afirmaram que toda a pesquisa e confecção de material para o desenvolvimento dos projetos são realizadas durante coordenação pedagógica.

De acordo com todos os docentes, os envolvidos na unidade escolar conhecem e participaram da elaboração do Projeto Político Pedagógico. O PPP da referida instituição também relata esse fato: “[...] o trabalho foi desenvolvido democraticamente buscando a participação de cada membro de nossa comunidade escolar através de encontros programados [...]”.

É no projeto político-pedagógico que escola analisa sua realidade, decide coletivamente e propõem novos rumos ou estrutura melhor os caminhos existentes visando o sucesso do processo de ensino e aprendizagem.

Assim, cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação nacional, estadual, municipal, o plano da gestão, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e as de seus estudantes. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p.48).

Assim por meio desta pesquisa percebemos que, “A coordenação Pedagógica e a Articulação do Projeto Político-Pedagógico” fazem parte da realidade educacional da Escola Classe14 de Planaltina-DF. Nesta UE (Unidade Educacional) muitos profissionais pertencem ao quadro há vários anos, se interessando e conhecendo a realidade econômica, social e cultural na qual a escola está inserida.

A escola precisa acolher diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas, empenhar-se para se constituir, ao mesmo tempo, em um espaço de heterogeneidade e pluralidade, situada na diversidade em movimento, no processo tornado possível por meio de relações intersubjetivas, fundamentada no princípio emancipador. Cabe,

nesse sentido, às escolas desempenhar o papel sócio educativo, artístico, cultural, ambiental, fundamentadas no pressuposto do respeito e da valorização das diferenças, entre outras, de condição física, sensorial e sócio emocional, origem, etnia, gênero, classe social, contexto sociocultural, que dão sentido às ações educativas, enriquecendo-as, visando à superação das desigualdades de natureza sociocultural e socioeconômica. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p.27).

Considerando que a educação não é algo estático o projeto também requer mudanças, atualizações e participações de todos os envolvidos no processo educativo. Contudo, é possível perceber o interesse coletivo em construir um projeto educacional que valorize o educando e sua cultura, bem como, promover a formação continuada de seus docentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a relação entre a Coordenação Pedagógica e a formulação, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico.

A coordenação pedagógica no Distrito Federal é prevista em lei e com ela os educadores têm um tempo/espço ideal para a formação continuada, elaboração e desenvolvimento de projetos comprometidos com o desenvolvimento integral do educando, máxima de qualquer ação educativa.

Constatou-se que a figura do professor coordenador pedagógico é algo relativamente novo para a educação, mas quando essa função é exercida adequadamente ela oportuniza a real integração entre professores, direção e comunidade escolar, propiciando a realização de uma educação de qualidade. Esse profissional deve junto aos educadores construir e colocar em prática o PPP, que será a identidade da unidade escolar. Essa função pode ser considerada como um grande avanço pedagógico para educação nas últimas décadas.

Outro avanço muito significativo que vimos foi o PPP, este documento deve ser construído por toda comunidade escolar, observando a realidade na qual a escola está inserida e as leis nacionais, estaduais e municipais vigentes. Ele confere certa autonomia para a escola. A escola através do seu Projeto Político-Pedagógico pode assumir seu verdadeiro papel, pois uma vez que o PPP deve ser construído coletivamente ele irá conter com clareza tudo que se deseja dessa instituição, bem como a divisão de tarefas estabelecidas para todos. Um PPP bem elaborado e realmente implementado, irá propiciar ao educando uma educação que contemple suas habilidades, desenvolva suas potencialidades.

A maioria das escolas atuais vem demonstrando preocupação em construir e colocar em prática o seu PPP, e não apenas construir um documento puramente burocrático para em seguida arquivá-lo.



Na escola pesquisada ficou claro que os educadores conhecem e participaram da construção do PPP e procuram através dele cumprir os preceitos legais para o desenvolvimento do educando, considerando os problemas reais da UE, conhecendo o educando suas habilidades e sua comunidade, partindo desse ponto, procurar meios, criar projetos e estratégias para que a escola consiga superar suas próprias limitações e ofertar à sua comunidade a melhor educação possível.

Por fim, percebemos diante do exposto que refletir sobre a educação, repensá-la é algo que se faz extremamente necessário e que os profissionais de educação, família e sociedade devem estar comprometidos com a aprendizagem significativa, com a formação de cidadãos aptos para viver a, atuar e transformar a sociedade da qual fazem parte e para isso não basta elaborar belas leis e projetos. É necessário que essas leis e projetos contemplem as necessidades reais dos docentes e discentes, propiciando o desenvolvimento global do educando, tornando-o o cidadão que se deseja para a sociedade que se almeja.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. **Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização** / Bloco Inicial de Alfabetização. 2ª Ed. Brasília, 2012.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. **Orientação Pedagógica Projeto Político-pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas**, Brasília-DF, 2014b. Disponível em: [http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/orientacao\\_pedagogica\\_projeto\\_politico\\_pedagogico.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/orientacao_pedagogica_projeto_politico_pedagogico.pdf)

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal-SEEDF. **Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal 2009/2013**. Brasília- DF, 2008. Disponível em: [http://www.se.df.gov.br/images/publicacoes/diretrizes\\_pedagogicas.pdf](http://www.se.df.gov.br/images/publicacoes/diretrizes_pedagogicas.pdf)

DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 284, de 31 de dezembro de 2014**. DODF Edição nº 275 de 31/12/2014, Seção 01. Brasília-DF, 2014d. Disponível em: [http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2014/12\\_Dezembro/DODF%20N%C2%BA%20275%2031-12-2014%20EDI%C3%87%C3%83O%20EXTRA/Se%C3%A7%C3%A3o01%20EXTRA-%20275.pdf](http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2014/12_Dezembro/DODF%20N%C2%BA%20275%2031-12-2014%20EDI%C3%87%C3%83O%20EXTRA/Se%C3%A7%C3%A3o01%20EXTRA-%20275.pdf)

DISTRITO FEDERAL. Governo do Distrito Federal- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Projeto Político-pedagógico da Escola Classe 14 de Planaltina**. Brasília, 2014.

Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FERNANDES, Maria Jose. **O professor coordenador pedagógico, a articulação do coletivo e as condições de trabalho docente nas escolas públicas estaduais paulistas. Afinal, o que resta a essa função?**. Campinas, SP. Papyrus, 1998.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação educacional como objeto de recomendações internacionais**. 2005. [http:// www.fcc.org.br](http://www.fcc.org.br)

LIMA, Paulo Gomes, SANTOS, Sandra Mendes dos. **O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas**. SP, 2007.

**Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: **um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

SILVA, Marcelo Soares P. da. **O planejamento em educação**. 2007

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Planejamento e trabalho coletivo**.; Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba, Ed. Da UFPR. 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Escola Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP. Papirus, 1998.

VIEIRA, Evaldo. **As políticas e bases do direito educacional**. 2001

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2007

YIN, Roberty K. **Estudo de Caso Planejamento e Métodos**. 5ª ed. Porto Alegre. 2015

## APÊNDICE

### Questionário

É com grande prazer que lhe convido para participar desta pesquisa cujo tema é: Coordenação Pedagógica e a Articulação do Projeto Político Pedagógico, respondendo a este questionário que faz parte da monografia para término do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica.

1- Qual seu nível de escolaridade?

- 2º grau completo , antigo Magistério
- Superior completo
- Superior incompleto
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

2- Você atua, ou já atuou como coordenador pedagógico?

- Sim
- Não

3- Quais das alternativas revelam a organização do trabalho do coordenador pedagógico?

- Assessoria permanente e continuada ao trabalho docente;
- Acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- Fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;

Promover reuniões, discussões e debates com a comunidade escolar no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;

Estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

Todas estão corretas.

4-Você conhece ou participou da elaboração do projeto Político Pedagógico de sua escola?

Sim

Não

#### **5- O que um Projeto Político Pedagógico deve conter?**

A proposta curricular da unidade em consonância com as leis vigentes da educação estadual.

A formação continuada dos educadores que não tem especialização.

A gestão administrativa para que toda escola funcione perfeitamente.

A proposta curricular de acordo com leis vigentes estaduais e federais e realidade escolar , a formação continuada para todos os educadores e a gestão administrativa.

6- Quem deve participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico?

Funcionários, pais, professores e alunos.

Equipe gestora , professores e servidores.

Equipe gestora , professores e coordenadores .

Funcionários , pais e alunos.

7- Após o término de sua graduação você fez outros cursos, relacionados a sua área de atuação, para formação continuada?

Sim

Não

8-No Distrito Federal os docentes conquistaram o direito a coordenação pedagógica de quinze horas semanais. Para você esse tempo próprio para o planejamento e formação continuada, contribuiu para que a educação no DF obtivesse um melhor êxito em comparação aos estados onde ela não existe?

( ) Sim

( ) Não

9- Informe como são os cursos oferecidos pela SEEDF para a formação continuada dos educadores. (Eles atendem, realmente, às suas expectativas, contribuem para a melhoria da qualidade da educação, os conhecimentos repassados nesses cursos são utilizados em sala de aula).

---

---

---

---

10-Esses cursos contribuem, realmente, para o aperfeiçoamento de suas aulas?

---

---

